

Visões da cidade: a construção da pobreza e de formas de trabalho para a periferia de Uberlândia (1908-2000)¹

Sérgio Paulo Morais²

Resumo

Em Uberlândia, MG, uma noção de empobrecimento (observável na imprensa), situada nas duas últimas décadas do século XX, recaiu sobre a concepção do viver na cidade e nos modos e maneiras de consumir, trabalhar e morar de diversos grupos sociais, entre eles o trabalhadores pobres. Nesse enredo a pobreza tornou-se uma situação reconhecida como problema urbano, tornando objeto de discussão e de ação de diversas outras categorias sociais.

Palavras chave

Empobrecimento; Periferia; Vida urbana.

Visions of the city: construction of poverty and ways of working to the outskirts of Uberlândia (1908-2000)

Abstract

In Uberlândia – Minas Gerais (Brazil), a sense of impoverishment (observable in the press), located in the last two decades of the twentieth century, fell on the design of city living and the ways and means to consume, work and live in different social groups, including the working poor. In this plot the poverty situation has become recognized as an urban problem, making the object of discussion and action of several other social categories.

Keywords

Impoverishment; Suburb; Urban life.

O principal meio de comunicação impresso de Uberlândia, o *Jornal Correio* publicou nos últimos anos matérias que trataram esta cidade como um local de solidariedade, na qual tem vivido

[...] pessoas que agem individualmente, em grupo ou por meio de organizações não governamentais. Elas atuam nos mais diversos cantos de Uberlândia para melhorar a qualidade de vida de quem precisa de ajuda. A repórter Izabel Mendes foi para as ruas e descobriu que a cidade tem um número muito significativo de moradores que, decididamente, não ficam esperando que o governo resolva todos os problemas sociais. Hoje, na edição dos 116 anos da cidade, o *Correio* revela parte da história desta cidade que tem como personagens pessoas muito simples e verdadeiramente interessadas no bem estar da comunidade.³

Esta edição de “aniversário”, por exemplo, listou (como “parte da história desta cidade”) serviços, situações e personagens que se esforçavam para amenizar a vida de pacientes com câncer⁴, melhorar a qualidade de vida de presidiários⁵, auxiliar crianças nas atividades escolares⁶ e aliviar o sofrimento dos mais necessitados.⁷

Este último ponto foi o de maior relevância. Frente as difíceis condições apresentadas, a pobreza se relevou como um problema que poderia ocasionar vários outros.

Como Dom Quixote, o herói do livro de Miguel de Cervantes, Isabel Cristina Gomide, responsável pela Casa do Caminho (instituição que serve alimento e presta serviços educacionais aos moradores de um bairro periférico), trava uma luta sem trégua com ventos que sopram em direção contrária à sua vontade. Mas se os monstros da loucura de Quixote eram apenas moinhos de vento, os de Isabel são bem mais reais: os monstros da droga, da prostituição infantil, da marginalidade, da pobreza extrema. Ela os combate com amor e com sopa. Suas armas são a disciplina, a educação, o carinho de mãe e as cestas básicas. No campo de batalha, ela se defronta com inimigos, gente que a acusa de explorar a pobreza para arrecadar dinheiro em benefício próprio. E os ataques muitas vezes são lançados por vizinhos e parentes de crianças que chegam a agredi-la moralmente. Ela conta que já foi vítima de agressão física por parte de uma pessoa bêbada que a atacou quando não recebeu o alimento que pediu – mas ela não tinha para dar.⁸

A pesquisa: “Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia” (LEME, H. J. de C; NEDER, H. D, 2001, p. 64-65) tornou-se um referencial bastante utilizado pelo *Correio* para compor um quadro alarmante de pobreza na cidade⁹. Segundo a pesquisa, divulgada em 2001,

Uberlândia apresenta um índice de pobreza populacional de 43,3%, conforme os dados levantados entre abril e julho de 2001, o que representa uma população de 194.886 pessoas pobres no município. Em termos de família esse percentual é de 39,9%, abrangendo um total de 43.381 famílias pobres em Uberlândia. [...] Os dados (aferidos) mostram que 10,7% da população de Uberlândia são considerados como população indigente, ou seja, estão abaixo da linha de indigência apresentada neste trabalho. Esse percentual corresponde a 12.101 famílias (8,9%), compondo um total de 49.800 pessoas. O hiato de renda permite conhecer a distância média entre a renda dos pobres/indigentes e a linha de pobreza/indigência. No caso de Uberlândia, o hiato de renda está indicando que, no período da pesquisa de campo, a renda média dos pobres equivalia a 58,38% do valor da linha de pobreza, ou seja, em média, os pobres ganham cerca de R\$85,00. No caso dos indigentes, o hiato é de 32,97%, apontando que a renda média dos indigentes é aproximadamente 67,02% do valor da linha de indigência, ou seja, a renda média dos indigentes é R\$ 40,48. Para que os indigentes alcancem a linha de indigência seriam necessários R\$ 3.882.120,1 ao mês e R\$ 46.585.441,27 ao ano. A contribuição dos não indigentes para erradicar a indigência seria de R\$ 12,59 (ao mês).

Elegendo “variáveis” que circulavam entre condições de moradia (“densidade de pessoas por dormitório maior que 3,5”); tipo de construção (“com material aproveitado”); domicílio (“particular improvisado, sem abastecimento de água, sem esgoto sanitário”); condições de educação (“Filhos menores fora da escola”); condições de saúde (“última ida ao dentista há mais de dois anos”), etc.¹⁰, a pesquisa tinha um objetivo prático.

O interesse dos pesquisadores em produzir um diagnóstico “sem disfarces da realidade social” foi o de “propiciar a Uberlândia uma melhor compreensão dos seus próprios problemas”, oferecendo à “... sociedade organizada e à administração municipal, subsídios importantes para a formulação e implementação das políticas públicas, no âmbito do planejamento governamental” (LEME, H. J. de C; NEDER, H. D, 2001, p. 03).

Em outros termos, a pesquisa visou subsidiar a “diretriz programática” da administração municipal “... [para] o enfrentamento da questão social e a adoção de medidas compensatórias, para mitigar os efeitos das políticas macroeconômicas excludentes, adotadas na esfera federal”.

A temporalidade e os objetivos da pesquisa diziam respeito a um avançado ponto da relação entre o poder público, sociedade organizada e os pobres que viviam na ci-

dade. Antes destes destaques sobre voluntariado e sobre a adoção de medidas compensatórias teve-se um longo trajeto de ajuste e remodelação da cidade-progresso em cidade-voluntária.

Até a década de 1980, Uberlândia tratou a pobreza como algo externo à cidade, oficializando por diversos modos uma noção de antipobreza sintetizada nos termos progresso e desenvolvimento, caracterizando-se como um município rico.

Nestas trajetórias, o “progresso” como noção e como categoria de análise da realidade social assumiu diferentes perspectivas para a historiografia. Através de análises de discursos constituídos na imprensa local e nacional, algumas pesquisas que tratavam de arquiteturas “eloqüentes”, de projetos de urbanização, da alocação do município nas rotas das rodovias federais, de criação de uma “cidade industrial”, e mesmo de um proletariado local, revelaram a constituição ideológica de um espaço burguês no qual relações de controle e de dominação se constituíam em prol de uma disciplina de comportamento urbano.

Esta disciplinarização era conferida, em parte, a entidades particulares e públicas que agiam ostensivamente no espaço urbano, retirando e enviando para outras localidades migrantes e mendigos que transitavam principalmente pela região central da cidade. A raiz do problema centrava-se no modo como os pobres se movimentavam pelo país levando mazelas a regiões desenvolvidas, assim como estava, também, no despreparo de muitos em viver em um local cheio de oportunidades de bons trabalhos.

A prática disciplinar mais “indireta” era atribuída a uma imprensa local e nacional que negava a existência de mendigos e de pobreza na cidade. Estes historiadores tentavam denunciar uma atitude que impunha a todos que viviam em Uberlândia uma “imagem” de desenvolvimento que organizava socialmente as relações entre classes.

Deste modo, a finalidade da dominação burguesa seria a implantação do próprio “progresso”, favorecendo o crescimento da cidade. Neste caminho, alguns outros elementos ganharam destaque nas interpretações historiográficas, entre eles, as concepções de modernidade e de identidades, que por um tempo constituíram explicações para a passividade (e certo grau de concordância) do “povo” uberlandense frente ao domínio dos coronéis.

A concepção de “progresso” como organização das relações sociais, políticas e culturais em Uberlândia sofreu importantes contestações através de pesquisas que conseguiram alargar os campos das memórias e das histórias sobre a cidade. Destaca-se entre elas o trabalho de Célia Rocha Calvo (2004, p. 156), que a partir de diálogos realizados com trabalhadores buscou:

[...] produzir memórias com as quais fosse possível uma compreensão crítica do processo de transformação da cidade destacando a construção de temporalidades, de projetos e, sobretudo, de sujeitos que elegiam outros momentos, processos e lugares para cunhar os sentidos das mudanças da cidade, vislumbrando, assim, as articulações históricas entre as memórias hegemônicas e aquelas que foram produzidas na pesquisa e que tinham como referências as mudanças nos espaços territoriais e viveres cotidianos.

A abertura de foco para perspectivas e olhares múltiplos e dissidentes possibilitou entender o tema “progresso” como uma forma, entre diferentes formas, de constituir um sentido (ou vários sentidos) de passado.

Ao utilizar narrativas orais, feitas através do diálogo com diferentes sujeitos, a pesquisa de Célia Calvo (2004) colocou em evidência memórias e práticas sociais que se destoaram de uma “memória dominante” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 284), entendida como:

[...] um termo que aponta para o poder e a universalidade das representações históricas, suas conexões com instituições dominantes e o papel que desempenham na obtenção de consenso e na construção de alianças nos processos de políticas formais. Mas não queremos insinuar que as concepções do passado que se tornam dominantes no campo das representações públicas são monoliticamente instaladas, nem que possuem credibilidade em todo o lugar. Nem todas as representações que alcançam domínio público são ‘dominantes’. O campo está impregnado de construções do passado que muitas vezes estão em guerras entre si. A memória dominante é produzida no transcorrer dessas lutas e sempre está exposta a contestação. Queremos insistir, entretanto, que existem processos de dominação real no campo histórico. Certas representações conseguem centralidade e se vangloriam enormemente; outras, são marginalizadas, ou excluídas ou reformuladas. Mas os critérios de sucesso aqui não são os da verdade: representações dominantes podem ser aquelas que são as mais ideológicas, as que mais obviamente correspondem aos estereótipos homogeneizados do mito.

Os avanços alcançados foram expressivos para a recomposição e recolocação da importância dos sujeitos nas relações vividas. Fator este significativo para as disputas de memórias e de direito a outras histórias que se colocavam (colocam ou colocaram) no campo político, cultural e social do viver na cidade.¹¹

Esta pesquisa foi ao encontro de uma conjuntura posterior a imagem de “riqueza”. O período temporal proposto incidiu sobre um “mito” (ou outra organização da memória social) de empobrecimento, que no período foi (ou ainda é) tão presente quanto o do progresso.¹²

Em 2004, havia a idéia de que a cidade havia perdido a capacidade de manter-se economicamente sem crises.

A imagem de Uberlândia como uma cidade próspera e, muitas vezes, imune às crises econômicas – fato incontestável até o fim da década de 90 – perdeu força nos últimos anos. O abalo foi ainda mais expressivo com a divulgação do censo econômico-social em 2001. O estudo da Universidade Federal de Uberlândia revelou, entre outras informações, que o Município possuía mais de 30 mil pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.¹³

Entre os indicadores que justificavam este outro “momento” tinham-se as quedas sucessivas no repasse do ICMS¹⁴ pelo Estado, o aumento populacional, o elevado índice de desemprego e a diminuição da média salarial dos profissionais qualificados.¹⁵

A média dos salários pagos atualmente é outro fator que explica a perda do status de cidade economicamente superior. O secretário de Indústria e Comércio de Uberlândia, Olavo Vieira da Silva, não só admite a realidade adversa, como tem uma série de explicações para o fenômeno. Olavo Vieira lembra que a cidade viveu uma fase extremamente positiva no período compreendido entre o fim da década de 1970 e início dos anos 1980. Segundo ele, a criação da Universidade Federal de Uberlândia acabou provocando uma verdadeira revolução no mercado imobiliário da cidade. ‘Como os salários pagos pela universidade eram muito bons, professores de todo o país foram atraídos para a cidade’, disse, ao completar que os investimentos imobiliários passaram a ser feitos em função deste novo mercado potencial. [...] ‘Com isso, nós tivemos na época um crescimento populacional de qualidade’, frisou.¹⁶

A passagem de imagem de riqueza e progresso para uma situação distinta, de reconhecimento dos pobres como componentes da realidade urbana, exigiu uma produção de significados sobre a geração de pobreza. Esse processo centraliza o que hoje se pode considerar como normalidade em torno da compreensão e da aceitação de uma cidade pobre e da renovação das normas de convivência para com a pobreza.

O empobrecimento e o voluntarismo se fizeram incorporados como um fenômeno urbano por múltiplos vieses; por distintas relações de forças e de lutas sociais. Porém, os registros e as oficializações de seu acontecer, assim como ocorrido com o mito do progresso, teve como centro enunciativo os jornais: Primeira Hora e Correio.

Entretanto, as produções dos jornais da cidade apresentavam uma diferença significativa. Tido como um apoiador da administração Zaire Rezende (PMDB — 1983-1988), o *Jornal Primeira Hora*, acentuava a discussão econômica em textos que mostravam as rotinas das feiras, das donas de casa, dos pequenos comerciantes, etc.

Entre os produtos que “pesavam” no bolso dos consumidores, o *Primeira Hora* ressaltava os que atingiam mais fortemente os pobres, tal como o pão:

[...] que dobrou (de preço) no último sábado e o presidente do Moinho 7 Irmãos, Osmar Carrijo, disse que esse não será o último deste ano. Decidido pela SEAF, o aumento do trigo será progressivo¹⁷, ou mesmo: “fubá¹⁸ (63%), banha (61%), óleos de algodão e amendoim (59,3%), toucinho (53,3%)[...]”. “As carnes bovinas, [...] merecem um comentário a parte. Segundo demonstrou o CEPES, apenas nos últimos três meses o produto experimentou uma alta de 75%, em Uberlândia: 22% em julho, 26,2% em agosto e 38,6% em setembro [...]”¹⁹

De acordo com o *Jornal*:

[...] o índice do custo de vida no mês de fevereiro (1984) foi o mais alto dos últimos doze meses em Uberlândia. Conseguiu até mesmo ultrapassar os 13, 25% do mês de setembro de 83. Ele chegou a 16,99%. Os produtos e serviços que apresentaram as maiores variações dentro dos grupos a que pertencem foram os seguintes: Serviços Públicos e de Utilidade Pública: energia elétrica, 33%; correspondência ECT, 30%. Alimentação: chuchu 155,97%, vagem, 101,99%, jiló, 76,96%; banha fresca, 50,16%. Produtos não alimentares: livros didáticos, 74,59%, camisa malha infantil, 67,73%; peças avulsas (xícaras), 46,77%; livros literários, 44,10%. Outros serviços: dentista, 77,78%; lubrificação, 29,61%, gasolina, 26,74%; exame clínico (raio X), 21,71%. As informações foram oferecidas pelo sub-gerente do CEPES, José Naves.

Em sua análise, o alto custo de vida trouxe mudanças significativas no cotidiano dos trabalhadores que faziam compras nas feiras.

‘Anteriormente com pouco dinheiro você se dirigia à feira e conseguia com 2 mil cruzeiros encher a geladeira e hoje devido aos preços elevados este mesmo valor dá apenas para comprar o indispensável’. Esta afirmação é da dona-de-casa Maria das Graças Martins Ramos que semanalmente vai à feira e gasta aproximadamente mil cruzeiros’. Para economizar, Ana Elisa Alves Leal pretende brevemente formar

uma horta no quintal de sua casa, plantando verduras para que ‘o dinheiro gasto na feira seja utilizado para outras necessidades presentes da família’.²¹

Isso propiciou uma diminuição no consumo de alimentos, de vestuário, de prestação de serviços, entre outros. No Primeira Hora, encontrava-se o debate sobre termos que apareciam somente como índices e porcentagens no Jornal Correio. Entre eles: desemprego e salário.

Hoje – dia Internacional do Trabalho – desemprego e o baixo índice de remuneração do trabalhador foram assuntos de destaque de alguns trabalhadores consultados pelo Primeira Hora na praça Tubal Vilela. As condições de trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores foram assuntos abordados pelos entrevistados em um plano que pode-se tirar idéia de como é a vida de quem trabalha em uma cidade de porte médio, como Uberlândia, em frente a uma crise econômica que é hoje um assunto nacional. Jordélia Tânia Dalali, 19 anos, vendedora considera o trabalhador que ganha apenas um salário mínimo ‘um sacrificado’ e esclareceu que ‘23 mil cruzeiros são insuficientes para qualquer pai de família, que paga aluguel e tem sobre sua responsabilidade toda manutenção da casa’. [...] Em termos salariais, o aposentado (Renato Azevedo, 70 anos) enfatizou que ‘principalmente os trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos estão em péssimas condições, sacrificados e até passando fome’. Sobre sua condição de aposentado ganhando em torno de 100 mil cruzeiros mensais, Renato Azevedo declarou que ‘quase não dá para meu sustento e de minha família’.²²

Diante deste quadro, publicavam-se comentários sobre mudanças nos hábitos alimentares e no estilo de vida dos trabalhadores “empobrecidos”.

Marileuza Reducino diminuiu a sua freqüência nas feiras, o que anteriormente fazia regularmente, em função dos preços elevados dos produtos oferecidos, tais como: legumes, frutas e verduras. Como opção, a dona-de-casa, explicou que: ‘passei a consumir produtos mais baratos, como massas, pois o preço da carne e das verduras estão com preços muito elevados’; [...] sobre a qualidade dos produtos das feiras ela enfatizou ‘varia de acordo com o preço, se você tem condições de pagar mais compra produtos melhores, pois são os mais caros’²³. Já a dona-de-casa Lázara Maria Rodrigues de Abreu usa como tática não comprar produtos com preços elevados em sinal de protesto e que devido ao custo de vida ‘a maioria das donas-de-casa se vê obrigada a eliminar alguns produtos de menos necessidade para se enquadrar dentro do orçamento familiar’; ela usa como alternativa a compra de produtos da safra, pois nestas épocas os preços são mais baixos.²⁴

A crítica do Jornal ao elevado preço dos produtos se baseava na questão da compra, da venda e da revenda de mercadorias entre produtores, atra-

vessadores, vendedores e consumidores. Mesmo com publicações que valorizam o ponto de vista dos trabalhadores, apresentando questões sobre empregos e salários, a análise da crise econômica se findava nas relações de mercado e de produção de mercadorias.

A reportagem sobre a discussão de salário e desemprego terminou da seguinte maneira:

os feirantes se queixam que o movimento da feira caiu consideravelmente, em relação ao ano passado e vêem como solução, um maior incentivo do Governo aos produtores, para que sua produção aumente e vendam seus produtos a preços mais razoáveis ao feirante, para o repasse ao consumidor. O feirante Paulo César de Oliveira considerou que ‘o movimento nas feiras livres diminuiu em 80% em relação ao ano passado devido ao preço das mercadorias, sendo que para os feirantes a dificuldade se encontra em revender os produtos comprados diretamente do produtor’.²⁵

Por seu lado, o *Jornal Correio*, tido como um representante dos grupos autoritários tem trabalhado a questão do “aumento” da pobreza como um fator advindo da própria cidade, registrando o “empobrecimento” da vida urbana através das perdas e dos receios de uma determinada categoria social: a classe média.

Em dezembro de 1985, por exemplo, um informativo do jornal tentava auxiliar os leitores sobre modos de administrar o dinheiro com maiores responsabilidades, para melhor organizar suas vidas financeiras. Dialogando com famílias que possuíam empregadas, zeladores e que presenteavam seus filhos em datas comemorativas, o jornal sugeriu a utilização da criatividade na hora de enfrentar os gastos de final de ano.

O leitor foi convidado a descobrir “que (ele mesmo) poderia fazer algumas das lembranças, usando materiais baratos”. Como dica, o texto aconselhou a dar presentes que tivessem utilidades, que poderiam ser usados nas viagens de férias. Como exemplo, o jornal indicou a compra de “roupas, sapatos, maiôs [...] ou uma blusa para combinar com tal short e assim por diante”.²⁶

Mesmo sugerindo o corte nos artigos de luxo, os presentes de natal e as viagens de fim de ano eram assuntos publicáveis, naquela segunda metade de década. Contudo, alguns anos depois, muitos trabalhadores considerados pelo jornal como pertencentes a uma “classe média” passaram a “sentir” privações de certos produtos e serviços compreendidos como essenciais.

Localiza-se nestas circunstâncias um dos principais sintomas daquilo que seria aprofundado como o principal ingrediente da “crise”: a diminuição do

poder de compra da categoria média da população frente a mudanças de seus próprios comportamentos.

Em fevereiro de 1990, o Correio mostrou sinais destas vertentes. Dizia respeito, sobretudo a substituição de tradicionais marcas de biquínis, bolsas e sapatos por etiquetas mais modestas e mais baratas.²⁷

Um outro sinal dizia respeito à utilização de serviços. A contratação de diaristas em razão da dispensa de “empregadas domésticas” aparecia nos noticiários como mais um sintoma da perda do poder aquisitivo da “classe média”.

A classe média, que já teve empregada doméstica e que foi obrigada a abrir mão desse serviço em função da perda de poder aquisitivo tem agora uma outra opção para resolver problemas imediatos, os serviços do SINE (Sistema Nacional de Empregos). Em Uberlândia, continua grande a procura por diaristas que trabalham oito horas fazendo serviços gerais, faxina ou lavagem de roupas. A cada mês a Central de Prestação de Serviços registra uma média de pedidos de trabalho para quarenta faxineiras, cinquenta passadeiras, vinte e cinco lavadeiras e cinco para serviços gerais. [...] Hoje cento e trinta pessoas estão inscritas na Central para prestar serviços.²⁸

No enredo dos noticiários do Correio, a queda no consumo afetava mais profundamente as categorias compreendidas e citadas como “empregadoras”. Em dezembro de 1992, uma estatística feita pelo próprio Correio indicava que em cada dez pessoas inscritas por dia no SINE (Sistema Nacional de Emprego), “quatro ou cinco (possuíam) segundo grau completo ou eram profissionais estáveis”.

De acordo com o jornal, “moças que concluíram o magistério, estudantes de fora, pessoas que foram gerentes de loja durante 15 anos”, e mesmo, “uma enfermeira, massagista, esteticista que dominava vários idiomas”, se registraram no SINE atrás da oportunidade de fazer faxina, de passar roupas ou desempenhar outros serviços como diaristas.²⁹

Daisy Afonso, Secretária de Estado do Trabalho e da Ação Social, avaliava que o aumento de profissionais qualificados à procura de ocupações no SINE era um sinalizador “da queda da qualidade de vida da população em geral”.³⁰

A Secretária Municipal do Trabalho e Ação Social de Uberlândia, Niza Luz³⁰, concordou com Daisy Afonso, analisando que, “embora sem números, percebe-se uma queda do nível de vida na cidade, pelo aumento do número de médicos, engenheiros, arquitetos e de outras categorias, que estão entrando para o mercado informal, abrindo padarias, vídeo locadoras, bancas de revistas, etc”.³²

A sensação de que a classe média estava redefinindo seus comportamentos foi comum em tal conjuntura. As notícias tentavam dar conta de detalhes que reme-

xiam em hábitos e valores daqueles que a ela pertenciam, tal como as privações de produtos de limpeza, de cosméticos e de higiene pessoal.

Neste aspecto, a opção em utilizar absorventes ou toalhinhas, ou fazer uso do primeiro apenas para sair de casa “*em função do custo do artigo*”, significou para jornalistas do Correio um “retrocesso absurdo” e “uma seqüela aberta na vida das mulheres”³³

O Jornal reforçou a interligação das perdas daquelas categorias com uma degradação mais ampla da vida na cidade, em artigos que passavam das análises da “diminuição do poder aquisitivo; do empobrecimento do país ao longo dos anos de 1980; do processo de diminuição do salário, frente ao crescimento da inflação”³⁴; das ortodoxias das políticas econômicas; da concentração de renda acentuada”; para mudanças nos valores de uma classe que cada vez mais perdia a “pose”.³⁵

A assessora de imprensa, de 28 anos, Elida Azevedo, comentou que na década de 1970 seu pai sustentava seis pessoas (esposa e filhos) sem que isso ‘pesasse no orçamento’. Segundo ela, em 1982, seu irmão começou a trabalhar para que eles não perdessem o padrão de vida. Para demonstrar a acentuada crise e recessão, desde 1978, a família não viaja mais reunida para passar férias.³⁶

Perder a pose significou, também, abrir mão da renovação dos carros, das jóias, da forma de pagamento a vista, ou em poucas prestações³⁷. Fatores que pareciam ter um sentido importante para certos segmentos:

[...] este é o caso da Professora Universitária Suely Regina Delgrossi que tem o cargo de doutora titular, considerado o mais alto entre os docentes da UFU (Universidade Federal de Uberlândia). Ela disse que por volta de 1979 comprou um carro (zero km) e pagou em duas parcelas. Hoje, confessa que jamais compraria um veículo nestas condições. ‘A aquisição de um automóvel, para mim, só se for através de um consórcio e olha lá’, criticou.³⁸

Além de outros relatos, o artigo trabalhou com uma sensação de perda de esperanças no enriquecimento pelo trabalho, ou por outros meios que pareciam possíveis à “classe” em questão. O contador Luísmar Alves de Oliveira, de 29 anos, que também está sentindo a queda do poder aquisitivo da população, prefere brincar um pouco com a crise econômica. Segundo ele, na década de 1970 o homem tinha três opções de enriquecimento. A primeira, através do próprio trabalho, depois ganhando na loteria e por último se casando com uma mulher rica. Hoje segundo ele, nenhuma das três propostas é viável. ‘Através do trabalho só dá para sobreviver,

ganhando na loteria, nesses tempos em que todos procuram apostar na sorte, é mais difícil que achar agulha em palheiro, e mulher rica é ainda mais complicado porque os fazendeiros estão quebrados'.³⁹

Os jogos de loteria, por outro lado, ganharam espaço significativo no Jornal⁴⁰. As longas filas nas agências, as possibilidades como os prêmios poderiam ser gastos, as acumulações de concursos sem acertadores apareciam como complemento às notícias que tratavam da recessão.⁴¹

Quando as notícias passavam pelo crivo da “recessão”, personagens que geralmente eram conhecidos pela compreensão da movimentação financeira, ou figuras não tão reconhecidas no meio urbano eram levadas a analisar as “dificuldades financeiras” a partir de situações diversas.

Em novembro de 1992, um gerente de banco, um taxista e uma doméstica analisaram o comportamento sexual das pessoas que possuíam problemas financeiros⁴². O Correio do Triângulo buscou um diagnóstico mais técnico do gerente de banco:

[...] o gerente Leônidas Gonçalves opinou que a crise financeira afeta principalmente a vida afetiva, diminuindo a dedicação das pessoas de quem mais gosta. ‘O relacionamento sexual é afetado por tabela, embora não cause impotência’, disse. [...] Segundo o gerente os brasileiros já aprenderam a sofrer tanto que as reclamações diminuíram consideravelmente. ‘Agora, as pessoas estão me parecendo mais resignadas e reagem apenas diante de choques financeiros, parece até que entraram em um processo letárgico’.⁴³

A partir da introdução dos demais entrevistados, o foco centrou-se nas narrativas das dificuldades em comprar alimentos, em pagar dívidas, entre outras experiências.

Para o taxista Juscelino Gomes da Silva [...], ‘muitas vezes o cansaço é tanto que não há tesão que sobreviva, ao contrário, desaparece’. Ele disse também que enfrenta uma verdadeira guerra dentro de casa devido à falta de coisas, o que acaba afetando a vida sentimental com a companheira’, alegou. [...] A doméstica Célia Gonçalves, desquitada, afirmou que de ‘faltar mantimentos e dinheiro em sua casa, o restante entra em baixa também. O afeto acompanha a vida financeira, se não caminham juntas, as brigas tendem a prevalecer’.⁴⁴

O Jornal, entretanto, requereu uma dramatização mais profunda, que mostrasse desdobramentos que a diminuição do consumo poderia infligir na vida das pessoas. Em mesma página trouxe outro artigo, no qual casais trocavam tapas por razão da “crise financeira”.

[...] A lavadeira Marta Alves, por exemplo, é recordista em brigas e já não causa espanto aos vizinhos, nem dá trabalho a Polícia Militar. ‘São discussões banais, a de hoje foi por causa de uma lata de leite em pó. Meu marido, Antônio Marcos Alves, pedreiro, gasta com cachaça e deixa de comprar o leite para as crianças, aí eu viro fera’, reclamou. A arrumadeira Selma Gonzaga também não se sente envergonhada de protagonizar brigas com o marido. ‘Aqui todo mundo sai no braço, é uma miséria que só vendo. Ninguém agüenta viver sem dinheiro. A gente discute para desabafar, quando apanho ainda saio satisfeita, porque meu marido não sai da confusão sem levar pancada. Ninguém socorre, nem chama a polícia. É aquele negócio, em briga de marido e mulher ninguém mete a colher’, diz sem nenhum constrangimento. O marido dela, Giovani Gonzaga, é mais reservado, prefere não comentar os atritos, mas confessa que se toda a vez que brigasse com a mulher a polícia fosse chamada, viveria mais na cadeia do que na fábrica onde trabalha em serviços gerais.⁴⁵

Neste ambiente de crise, as mudanças ocorridas no consumo tomavam uma significação mais austera à classe média, quando, além do leite, o Jornal tratava da diminuição no consumo de outros alimentos.

No Correio, como exemplo, encontravam-se reportagens sobre a venda de carne. No início de 1990, o consumo daquele produto diminuiu cerca 40% na cidade⁴⁶. Na ocasião, a equipe de jornalismo entrevistou uma empregada doméstica, chamada Maria José Lopes, que havia acabado de comprar três quilos de “patinho”. A carne foi comprada para a família de seu “patrão”. Para sua casa, a empregada comprava dois quilos por semana (“sou eu, meu marido e meus três filhos”), adquiria, segundo ela, “só mesmo o necessário” para o consumo de sua própria família.⁴⁷

A utilização do termo “necessário” frente a um quantitativo de dois quilos por semana para a alimentação de quatro pessoas, indicava um consumo menor de carne para a segunda família. Entretanto, a matéria dava visibilidade à queda do consumo da cidade, não dissociando padrões de empregados, ou não conjecturando por níveis de rendimento. Mas nem por isso deixava de pesquisar sobre a falta da carne nas camadas consideradas mais pobres. Em reportagem sobre o trabalho de “bóias-frias” constatou-se que os entrevistados quase nunca comiam carne (“O dia que tem carne a gente come, mas geralmente é mesmo arroz e feijão, só”).⁴⁸

Em relação ao trabalho, a entrevistada Jussara Maria Auxiliadora disse preferir trabalhar na lavoura a cumprir as obrigações e rotinas de uma empregada doméstica e, talvez, comprar dois quilos de carne por semana.

A falta de carne nas marmitas dos trabalhadores rurais, ou a restrita quantidade comprada por outros trabalhadores que viviam na cidade, chamava a atenção de repórteres do Correio por uma razão tida como central nas discussões sobre a dieta dos pobres: a falta de (no caso da carne) proteínas, vitaminas, sais minerais, entre outros.

Para equilibrar a questão nutricional, o Correio apontava soluções econômicas, tais como a troca de produtos caros por mais baratos.

Uma das alternativas mais acessíveis é a substituição da carne bovina pela carne de frango, que custa em média NCz\$ 38,00 enquanto a carne de segunda custa, também em média, NCz\$ 44,00. Além de ser mais barato, o frango já fez parte do hábito alimentar da região e seu cardápio pode ser bem variado. Na falta da carne, nutricionistas e técnicos em alimentação aconselham uma alimentação cotidiana a base de cereais, ovos, legumes, verduras e frutas.⁴⁹

Até os primeiros anos da década de 1990, a carestia dos alimentos causava a diminuição calórica dos indivíduos de “baixa renda”⁵⁰. Sob a ótica da imprensa isto foi possibilitado pela pouca capacidade que tinham para manterem constantes seus padrões de consumo e de vida.

Entretanto, outras conjunturas históricas propiciaram uma adjacente releitura dos significados de empobrecimento para a classe média. Estes outros ventos advieram de uma reorganização monetária e política iniciada em 1994, denominada “Plano Real”. “Real chega para ‘despencar’ inflação”⁵¹. A notícia impressa no Jornal Correio no dia do “lançamento” da moeda trouxe exemplos de mercadorias e serviços que custariam menos de R\$ 1.⁵²

A ênfase dada ao combate da inflação e à volta da “capacidade de compras” marcaram o início de uma crescente divulgação da melhoria da qualidade de vida, legitimada pela possibilidade do aumento do consumo.

Um sintoma destas mudanças se fez claro nas notícias sobre as comemorações de fim de ano. Para o Correio, o décimo terceiro salário de 1992 foi perdido ao ser utilizado pela classe média tão somente para a aquisição de roupas e alimentos⁵³. O mesmo não ocorreu no ano de 1994,

[...] a classe média não tem dúvidas de que este ano a ceia natalina será mais farta, as árvores estarão cheias de presentes e as compras poderão ser feitas com a tranqüilidade de quem vive em um país sem inflação. Acostumada aos shoppings e boutiques, a classe média vai

ao paraíso com planos e moedas estáveis que garantem o cumprimento de um orçamento possível. ‘A gente não tem dúvida, sabe quanto vai gastar, não é como no passado em que comprávamos com juros altos’, afirmou a professora Regina de Oliveira Firmino. Ela fez todas as compras de Natal no shopping, gostou dos preços e saiu cheia de sacolas. ‘Acho que este natal não vai ser dos piores’, garantiu. A também professora Cléria de Lourdes Correia Batista andou muito para encontrar os presentes que queria. Viu diferenças gritantes nos preços, mas se disse satisfeita com as compras. ‘Encontrei camisetas com diferença de até 100% no preço’, avisou. Cléria de Lourdes acredita que sua família terá um bom natal: ‘não há Papai Noel gordo, mas teremos um Papai Noel médio’.⁵⁴

Naquele ano, o Clube de Diretores Lojistas registrou um aumento de 40% das vendas de seus associados⁵⁵. O Correio não somente compartilhou das euforias de consumo, ele registrou também a indignação de muitos uberlandenses com o Conselho Monetário Nacional pela medida que reduziu o prazo dos crediários (de 50 meses para 12) para inibir a volta da “inflação”.

De acordo com a edição de 25 de fevereiro de 1995,

Para o médico Ricardo Borges ‘não adianta regulamentar a economia do país e proibir a população de adquirir os bens que deseja’. Ele completou dizendo que a questão é complicada e não pode ser analisada unicamente sob o prisma econômico, mas a interferência governamental na vida da população, mais uma vez obriga a renunciar aos seus sonhos de consumo.⁵⁶

A perspectiva de aumento de consumo não se restringiu somente a reportagens sobre os hábitos e sonhos da classe média. As divulgações de produtos que se tornaram “populares” assinalam uma crescente perspectiva de que os pobres consumiriam, ou, pelo menos, poderiam consumir mais alimentos.

A respeito dessas projeções:

Este mês, o Real completa dois anos. Só por ter controlado a inflação, que vem se mantendo perto de 1% ao mês, o brasileiro já teria motivos de sobra para comemorar este aniversário. No entanto, o mais importante não é o que o Real conseguiu diminuir, é o que ele conseguiu aumentar. O consumo de alimentos de uma forma geral aumentou 30%. O consumo de massas aumentou 16%, o de bolachas e biscoitos aumentou 30%, o de polpa de tomate aumentou 19%, o de iogurte aumentou 89%, o de feijão aumentou 87%, o de

carne aumentou 96%, o de frango aumentou 80% e o de ovos aumentou 82%. Com o Real, 35 milhões de brasileiros entraram para o mercado de consumo. Com moeda forte e economia estável, o que aumentou foi a confiança do brasileiro, a possibilidade de planejar a longo prazo, de ter um projeto de vida com segurança de poder realizar. Porque, quando os brasileiros realizam seus sonhos, o Brasil realiza seu compromisso maior: ser uma nação mais justa. Em dois anos, o Real melhorou a vida de muita gente. Agora é caminhar para frente. O governo sabe disso e o povo também. BRASIL GOVERNO FEDERAL/BANCO CENTRAL DO BRASIL (CUIDAR DA MOEDA É NOSSO FORTE).⁵⁷

Estes quantitativos ignoravam um fator social significativo: as relações de vida e os modos como os trabalhadores pobres resolviam seus problemas de alimentação, de transporte e de moradia, os quais continuaram sob as mesmas perspectivas e regras anteriores. Neste aspecto, um aumento de bolachas e biscoitos nas casas dos trabalhadores mais pobres não os retirou dos circuitos mais complexos de dominação, assim como não alavancou novamente a idéia e o mito de cidade-progresso.

O olhar econômico do Correio teve, nesta dinâmica, a eficácia de trabalhar com a perspectiva do aumento de consumo, em congruência com a incapacidade dos mais pobres de contribuir para uma retomada de “crescimento” da cidade.

Desde a segunda metade da década de 1980, encontrava-se na imprensa uma compreensão de que o trabalho protegeria a cidade dos efeitos da derrocada econômica, que se fez presente na mídia em anos posteriores.

“A crise ainda não chegou ao Triângulo Mineiro. Se trabalharmos com fé e dinamismo, ela nunca chegará”.⁵⁸ A concepção do “trabalhar” enquanto contraposição a uma crise vindoura foi manifestada concomitantemente nas páginas dos jornais Correio e Primeira Hora de diversas maneiras. Neles, os temas relativos a possíveis atividades de trabalho se mostravam interligados a sujeitos que precisavam de estímulos, ou de serem iniciados de um modo afirmativo em atividades que os promoveriam dentro de ambiências urbanas.

Neste sentido, o trabalhar esteve interligado a uma reconstituição de viveres e de relações sociais que se desençavam aos olhos do jornalismo local. Modos de abordar – e, de certa maneira, difundir – esta tendência encontrava-se em espaços destinados à publicidade:

[...] Para todos nós o Primeiro de Maio deve significar um marco encorajador na transformação da vida de uma grande parcela de nossa população, sujeita a uma

existência abaixo das condições mínimas de dignidade, segurança e esperança no futuro. Lutamos por uma vida decente e tranqüila para todos que erguem com suas mãos abençoadas pelo trabalho o presente e o futuro desta cidade e região.⁵⁹

Este intuito também pode ser percebido em notícias sobre os cursos realizados por entidades de orientação a “menores”, tal como o de “Formação de Babá” realizado pela Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS)⁶⁰, em maio de 1986.⁶¹ O curso teve o objetivo de lançar no mercado de trabalho⁶² treze meninas na faixa etária de 14 anos. Num período em que a retirada do tempo de ociosidade de crianças (em prol de atividades remuneradas) significava tanto um aumento de recursos para suas famílias, quanto uma prevenção de crimes e de atos variados de violência.⁶³

Neste aspecto, o *Jornal Primeira Hora* foi mais ativo no acompanhamento e na divulgação das Unidades de Orientação ao Menor - “UOMENS”:

[...] Em toda Unidade de Atendimento do Menor mantida pela Administração Municipal as crianças e adolescentes recebem alimentação completa. No cardápio alimentar constam, além do básico, leite, carne, ovos e frutas. Através da Metodologia da “Educação pelo Trabalho” são desenvolvidas atividades ligadas ao esporte, recreação e educação.⁶⁴

As fotografias que acompanhavam o noticiado registravam meninas muito pequenas, com mãos minúsculas, enrolando grande quantidade de salgados, tendo suas cabeças cobertas com lenços desproporcionais. Para o *Jornal*, elas estavam sendo educadas pelo trabalho:

[...] As crianças trabalham, brincam e estudam. Acompanhadas de instrutores elas desenvolvem trabalhos de mercearia, horticultura e artesanato. Na mini mercearia os menores confeccionam brinquedos de madeira e nas atividades de culinária as meninas fazem bolos, pão de queijo e outros petiscos. A produção na culinária geralmente é servida no café da manhã da UOMEN. No setor de artesanato são confeccionadas diversas peças que tem como matéria-prima básica palha de milho, madeira e sucata. Sobressaem nesta produção os cestinhos de madeira e flores de palha, sendo que estes cestinhos são confeccionados na mini mercearia o que vem demonstrar a integração das atividades confeccionadas.⁶⁵

Nota-se que o método “Educação pelo Trabalho” não era um atributo exclusivo do poder público, uma rede de instituições “particulares” colocava o ato

do trabalho no centro de suas prioridades educacionais. A Instituição Cristã de Assistência Social (ICASU)⁶⁶, que de longa data assistia aos pobres em Uberlândia, era uma delas.⁶⁷

Em 2004, investiguei um conjunto de atas das UOMENS. Aqueles registros revelavam-se temas em que o trabalho instituído de modo “educativo” caracterizou-se como um instrumento moralizador, propenso a instituir regras e condutas que deveriam ser reproduzidas no meio social.

Um dos mecanismos da transformação do trabalho em regras deu-se através do pagamento das crianças, fato não registrado nos jornais do período. Assim, por exemplo, as crianças que trabalhavam na horta recebiam uma fração do quantitativo de recursos obtidos com a venda daquilo que era produzido. As compras de sementes, de ferramentas, e outros entravam na composição da divisão do montante final. O mesmo ocorria com aqueles que fabricavam salgados, peças de marcenaria e outros artigos de artesanato.

De acordo com as atas, as próprias crianças ofereciam os produtos nos quarteirões e nos bairros próximos às Unidades. No entanto, existiram outras condições para que recebessem pelo trabalho, as crianças deveriam agir de modo correspondente com as normas da instituição.

Por intermédio do pagamento via-se o reflexo da obediência a normas sobre roubo, brigas, depreação e forma de comportamento. Receber ou não o dinheiro do trabalho significava cumprir ou não obrigações com a instituição, com a “equipe” e com outros segmentos da cidade.

Para os trabalhadores mais velhos havia olarias, construídas por ex-moradores de favelas. A justificativa para que a escolha da fabricação de tijolos como uma atividade para ampliar a renda de muitos trabalhadores urbanos foi a metodologia “rudimentar” utilizada: “constando de ‘barro amassado no pé e cortado manualmente na fôrma de madeira para ser em seguida queimado em caieiras’”.⁶⁸

As atividades de cunho rural predominavam na constituição de referências sobre como deveria ser o trabalho dos – ou para os – pobres. Na percepção do jornalismo local e da administração pública, trabalhar a terra seria uma experiência que poderia ser compartilhada por aqueles que estavam em dificuldades devido à crise econômica.

O programa de abertura de trabalho a desempregados e pessoas de baixo rendimento – através do plantio em terrenos ociosos do município – demonstrava certas práticas construídas a partir de interpretações que associavam trabalho braçal à pobreza.

Desde outubro passado dez famílias cultivam terras ociosas da Prefeitura de Uberlândia e até o final deste ano o número chegará a sessenta. Esta utilização de terras é regulamentada por um contrato de permissão de uso de três anos. A implantação deste projeto pela administração Zaire Rezende surgiu da necessidade do governo municipal de procurar alternativas que amenizassem a crise social oferecendo condições às pessoas desempregadas e às de rendimento econômico de até três salários mínimos de trabalharem a terra.⁶⁹

Um “Centro de Bairro”, tal como o do “Lagoinha”, constituía-se como: uma entidade civil sem fins lucrativos, feita sob a forma de um consórcio das seis associações de bairro localizadas na área de abrangência: Lagoinha, Leão XIII, Saraiva, Santa Luiza, Santa Mônica e Segismundo Pereira.⁷⁰

Construído com verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁷¹, os “Centros” eram geralmente compostos por “unidade de horticultura, [...] unidade de produção de artefatos de concreto, de salão, rodos e vassouras e panificadora”.

Segundo o Primeira Hora, A produção da horta atenderá prioritariamente os funcionários e a creche comunitária implementada nas instalações do prédio. Parte dessa produção será destinada à comercialização para a população de baixa renda dos bairros integrados pelo projeto ao Centro de Oficinas. Além dos núcleos de prestação de serviços já instalados como a lavanderia comunitária e a creche, as unidades de produção de farinha e a horta comunitária em vias de instalação no local, o Centro de Bairro Lagoinha terá em suas dependências oficinas comunitárias de produção de doces, artefatos de couro e marcenaria.⁷²

A estrutura foi amplamente apresentada no Jornal. Mas o dia-a-dia do trabalho e a divisão dos recursos em dinheiro se distanciaram do idealizado. Quatro meses após a matéria antes citada, o Primeira Hora retornou ao Centro de Bairro Lagoinha e recebeu informações do Diretor Geral de que a fábrica de farinha era a “[...] única unidade do Centro que tem absorção de mão de obra assalariada e com produção comercializada com fins lucrativos”.⁷³

Segundo o diretor Antônio de Pádua:

Além de oferecer trabalho para as pessoas de baixa renda no Centro de Bairro, desde o mês passado vem desenvolvendo os cursos de cabeleireiro, manicure, pedicure e datilografia. Estes cursos com duração cada um entre dois e três meses. Com recursos da LBA de CZ\$ 684 mil a diretora do Centro de Bairro adquiriu todos os equipamentos, materiais necessários para o desenvolvimento dos cursos e salários dos instrutores.⁷⁴

Retornamos por esse viés ao consumo e à ligação do trabalho dos pobres com a alimentação. Em maio de 1986, vinte e seis crianças plantavam na Unidade de Orientação do Menor, bairro Tiberly, “[...] alface, almeirão, mostarda, cenoura, beterraba, cheiro verde, cebola de cabeça, alho, quiabo, abobrinha, tomate, couve e rabanete.” A produção colhida era “[...] destinada ao consumo interno das crianças, sendo que ainda [levavam] uma parte para a escola onde [estudavam]”.⁷⁵

Nas UOMENS, a horta aparecia como um lugar de normas e “acerto de contas”. Um local em que o pomar e os canteiros serviam como instrumentos de instituição de regras. Na “Primeira Assembléia” de 12 de janeiro de 1989, após o término da discussão sobre o “desaparecimento das sandálias da Celi”, a ata registra uma dura decisão:

Todos participaram ativamente deste assunto e ficou decidido que só irá apanhar goiabas quando as mesmas estiverem maduras e também na presença e se um adulto deixar. Ficou decidido também pelos menores que quem não cumprir estas regras será punido e a punição será: não participar da atividade do passeio mais próximo a desobediência, isto porque iniciará a colônia de férias no dia 16/01 (indo até) 27/01.⁷⁶

Ao retomar algumas análises a respeito dos modos de trabalhar de sujeitos que viveram a experiência de plantar produtos semelhantes, em circunstâncias históricas distintas, pode-se encontrar outros elementos que destacariam uma certa diferenciação na aprendizagem do plantio das UOMENS e do trabalho sem renda nos Centros de Bairro.

Os jornais locais, ao organizarem as narrativas através do trabalho difícil, do ganho exíguo, da jornada longa até o improvável sonho de um futuro melhor, mostravam, por um lado, as impossibilidades materiais para alcançar uma melhor condição de vida, e, por outro, metaforizavam as diferenças e as distâncias que existiam entre eles e os “menos” pobres.

Estas formas interpretativas desarranjavam as atribuições dos trabalhadores sobre o trabalho e sobre expectativas futuras, subordinavam as formas de sobrevivência e justificavam a pobreza pela falta de uma vida escolar e pela baixa capacidade de consumo que possuíam.

Algumas atividades, tais como a coleta de recicláveis, a venda de produtos nas ruas, os serviços de limpeza de terrenos vagos e outros se sobressaíam nas matérias sobre a pobreza. Entretanto, diziam mais respeito às vontades e aos esforços

individuais na luta contra a mendicância do que a relações de trabalho, quando não expressavam relações de doação e bondade de outros sujeitos que auxiliavam os trabalhadores: “o catador de papel Luiz (pintor) acredita que as pessoas, quando olham para ele e notam que não está embriagado sempre o ajudam doando papel, roupas e comida”.⁷⁷

Para alguns historiadores que lidaram com esta cidade, a discussão sobre o trabalho dos pobres possuía outro significado, que por fim revelou práticas de regulamentação e de controle do poder público sobre um significativo número de carroceiros, camelôs, chacareiros, catadores de papel, entre outros.⁷⁸

Os olhares de muitos daqueles se dirigiam para as especificidades dos ofícios, dos afazeres e dos saberes que os cercavam. Interpretaram de modo geral estas relações como aprendizados rurais, como transmissões ocorridas dos mais velhos para os mais jovens, como meio de sobrevivência possível para alguns e/ou sentido de independência, de horários e de padrões para outros.

A partir destes aspectos apareciam as questões cotidianas e, notadamente, o passado (na roça, nas cidades vizinhas, em contexto com a infância) apresentava-se nestas configurações como uma referência importante para a compreensão dos momentos mais recentes.

Estas relações de vida sugeriam que as tarefas realizadas, a recomposição de casas e bairros em locais de trabalho (por vezes artesanal), a manutenção de determinados hábitos traduziam modos de vida, e, de certa forma, modos de resistir às pressões das práticas urbanas e urbanistas de organização e embelezamento da cidade.

O fato de sobreviverem de forma bastante difícil em uma cidade propensa à riqueza dimensionava as diretrizes da luta de classes e das contradições que as pesquisas tentavam evidenciar. Os historiadores reconheciam, nestes âmbitos, certas influências de autores marxistas ingleses, através de uma perspectiva teórica “dos de baixo”.⁷⁹ Nestas diretrizes, firmavam-se críticas a uma historiografia que parecia dar ao “progresso” uma função superlativa nas relações entre classes, despotencializando presenças e ações de sujeitos não pertencentes à “elite”, nas relações vividas na cidade.

Na maioria daquelas pesquisas, o ponto mais comum dos embates se colocava pela manutenção das práticas de trabalho, mesmo frente às clandestinidades impostas por leis, por ações dos fiscais e por análises da própria imprensa. O ato de trabalhar, também, não foi ignorado pelos estudos que trataram das condições de vida na cidade de Uberlândia.

A “*informalidade*”, por exemplo, foi uma das principais maneiras de caracterização dos pobres na pesquisa *Condições Sócio-Econômicas das Famílias da Periferia de Uberlândia*.⁸⁰ Este fator foi ressaltado pelo Jornal Correio na divulgação dos dados daquele estudo. Segundo a edição de 25/04/1995, tratava-se de “pedreiros, lavadeiras, faxineiras, seguranças. Uma gama, enfim, de atividades profissionais que acaba[va]m sendo classificadas como ‘bicos’ e servindo como complemento ao orçamento familiar.”⁸¹

No entanto, algumas dimensões separavam as questões levantadas pela historiografia feita sobre o tema na cidade. Para os sujeitos das pesquisas históricas o termo “bico” não daria conta de expressar os significados e as relações sociais em torno do trabalhar, já que este possuía (e ainda possui) uma dimensão muito forte na vida familiar, não só em termos de ganho (de dinheiro), mas, também, em sentidos e sentimentos de honestidade.⁸²

As modalidades de trabalho dos pobres encontravam resistências próprias e constituíam elementos que justificavam e eram justificados pela pobreza no meio urbano. Algumas categorias centralizadas em empresas reivindicaram mais diretamente mudanças nas condições de trabalho e melhoria dos salários. Os embates, as manifestações e as greves ocorridas durante toda a década de 1980 mostraram o poder de articulação de certos grupos de trabalhadores.⁸³

Durante o período de “crise” qualificações incidiram sobre os pobres, reposicionando-os socialmente na cidade e invertendo as coerências da pobreza. Na lógica implementada e divulgada pelo Jornal Correio: Uberlândia se empobreceu devido à presença, ao comportamento e às práticas dos pobres que levaram à deterioração da cidade progresso.

Este contágio impediu que o desenvolvimento fosse à frente; ocasionou o fracasso político das diversas administrações que nos últimos 30 anos tiveram que direcionar esforços e recursos para amenizar ou conter o avanço da violência, da degradação da cultura (das artes, da música, da arquitetura urbana) e de outros equívocos provenientes dos modos de vida dos pobres.

Referências

ALVARENGA, Nízia Maria. *As associações de moradores em Uberlândia*, um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia. PUC/SP. São Paulo, 1988.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas memórias, outras histórias de uma cidade*. lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 2004.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia - 1970/1999*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

GUILHERME, Edmilson Lino. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência: experiências de trabalhadores da construção civil em Uberlândia, 1970-2000*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória popular: teoria, política e método*. Transcrito com a permissão de PERKS, Robert e THOMSON, Alistair. *The oral history reader*. Nova York: Routledge, 1988. Tradução: Helen Hughs, Yara Aun Khoury.

LEME, H. J. de C; NEDER, H. D. (coord.). *Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU, novembro 2001. Sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia, 1965/1985*. Dissertação de Mestrado. Dep. História /USP. São Paulo, 1990.

MORAIS, S. P. *Trabalho e cidade trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia: 1970-2000*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Instituto de História), 2002.

NUNES, Leandro José. *Cidade e imagens: progresso, trabalho e quebra-quebra – Uberlândia, 1950/1960*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História. PUC/SP. São Paulo, 1993.

RODRIGUES, Jane de Fátima. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a classe trabalhadora uberlandense – setor de serviços– 1924-1964*. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História /USP. São Paulo, 1989.

SILVA, Luzia Márcia Resende. *Carregadores de mercadorias: memórias e lutas, Uberlândia, 1970-2000*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SIMONINI, Giselda C. da Silva. *Telefonia: relação empresa cidade. 1954-1980*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História. PUC/SP. São Paulo, 1994.

SOARES, Beatriz R. *Da Cidade Jardim ao portal do cerrado: imagens e representações no Triângulo Mineiro*. Tese de doutorado. ICH/USP. São Paulo, 1995.

TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida*. in: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. (org). *Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho*. SP: Hucitec/CEDI-NETS, 1994. pp. 85-111

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou, um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. *Anzac Memories - living with the legend*. Melbourne: Oxford University Press, 1994.

VALLE, Edenio e outros. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

Notas

- 1 Este texto traz discussões contidas na tese de doutorado: “Empobrecimento e ‘Inclusão Social’: Vida Urbana e Pobreza na cidade de Uberlândia, MG (1980-2004)”, defendida no ano de 2007, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da prof.^a Dr.^a Yara Aun Khoury.
- 2 Doutor em História Social, professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: moraiisp@yahoo.com.br
- 3 *Uberlândia Solidária*. Especial, 116 anos. Jornal Correio: 31/08/2004. p. A1.
- 4 *Decisão e amor amenizam sofrimento*. Jornal Correio: 31/08/2004, p. A17.
- 5 *Trabalho de enfermeiro melhora a qualidade de vida de presidiários*. Jornal Correio: 31/08/2004., p. A21.
- 6 *Educadora atende crianças que necessitam de reforço escolar*. Jornal Correio: 31/08/2004., p. A9.
- 7 *Família Machado alivia sofrimento em dois bairros*. Especial, 116 anos. Jornal Correio: 31/08/2004., p. A16. *ONG ajuda pobres a construir casas*. Jornal Correio: 31/08/2004., p. A24. *Sopa ameniza fome no Joana D’Arc*. Jornal Correio: 31/08/2004, p. A26.
- 8 *Crianças aprendem o caminho de casa*. Jornal Correio: 31/08/2004, p. A20.

- 9 LEME, H. J. de C; NEDER, H. D. (coord.). *Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU, novembro 2001. Sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>, pesquisado em 25/06/2002.
- 10 As variáveis apresentadas advieram de metodologias discutidas por várias fontes, entre elas: ALBUQUERQUE, R. C.; VILLELA, R. *O Brasil social: um balanço de duas décadas*. In: ALBUQUERQUE, R. C. (org.) *O Brasil social: realidades, desafios, opções*. Brasília, IPEA, 1993. BOLTVINIK, J. *El método de medición integrada de la pobreza*. Una propuesta para su desarrollo. Comercio Exterior, vol. 42, n.º 4, México, 1992. LOPES, J. R. B. *Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas*. Cadernos NEPP, n.º 25, Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 1993.
- 11 Uma significativa forma de analisar estes campos de conflito, está colocada no texto-projeto do PROCAD: “*Cultura, Trabalho e Cidade*” (aprovado pela Capes no ano de 2000), do qual surgiu através de discussões coletivas o livro (op. cit.) “*Muitas Memórias, Outras Histórias*”: “a operação histórica requer um movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo, pondo em causa as relações entre Memória e História. Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constituiu uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que se pudesse se estabelecer uma certa Memória para cunhar uma História ‘certa’. E aí está nosso campo de atuação como historiadores comprometidos no social. Conhecer sua história, mas para buscar as razões que os engendraram, buscando no presente o que resta do passado – tendo como horizonte a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje”. Projeto PROCAD (0035/009). *Cultura, trabalho e cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*. Capes/2000. p. 8.
- 12 TIAGO, Dione. *Uberlândia perde o status de Eldorado*. Jornal Correio: 16/05/2004. p. A8.
- 13 TIAGO, Dione. *Uberlândia perde o status de Eldorado*. Jornal Correio: 16/05/2004. p. A8.
- 14 ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços. Ver sobre alterações de repasse e legislação sobre este imposto no estado de Minas Gerais em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms/>, pesquisado em 10/01/2007.
- 15 Quando não se referia a diminuições crescentes na participação do PIB estadual. Ver sobre: *Riqueza do Triângulo é marketing*. MARCOS, Cláudio. Jornal Correio. 14/09/2003, p. A6.
- 16 TIAGO, Dione. *Índice de desemprego salta de 3% pra 14% em mais de uma década*. op. cit.: 16/05/2004. p. A8.
- 17 *Pão dobrou de preço e deverá subir ainda mais*. Jornal Primeira Hora: 28/06/1983. p.1.
- 18 Vale enfatizar que em novembro (1983) o fubá teve alta de 2% ao dia em seu preço.

- 19 *Alimentação puxando o custo de vida de setembro*. Jornal Primeira Hora: 5/10/1983. p.1.
- 20 *Índice do custo de vida recorde: 16,99%*. Jornal Primeira Hora: 2/03/1984. p.1.
- 21 *Sacolas vazias contam a história do povo*. Jornal Primeira Hora: 1/05/1983. p. 5.
- 22 *Desemprego: a maior preocupação do trabalhador*. Jornal Primeira Hora: 01/05/1983. p.1.
- 23 Jornal Primeira Hora: 01/05/1983. p.1.
- 24 Jornal Primeira Hora: 01/05/1983. p.1.
- 25 Jornal Primeira Hora: 01/05/1983. p.1.
- 26 *Opinião*. Jornal Correio do Triângulo: 19/12/1985. p.1.
- 27 *Crise faz a classe média mudar hábitos de consumo*. Jornal Correio de Uberlândia: 11/02/1990. p. A-4.
- 28 *Diaristas ganham a “classe média”*. Jornal Correio do Triângulo: 10/04/1991. p. B-1.
- 29 GUARANYS, Ana. *Crise atinge várias camadas sociais*. Jornal Correio do Triângulo: 06/12/1992. p. 20.
- 30 GUARANYS, Ana. *Secretária diz que níveis sociais caíram*. Jornal Correio do Triângulo: 30/08/1992. p.17.
- 31 Niza Luz teve uma longa trajetória no cargo. Após prestar serviços na administração do PMDB (1983-1988), serviu à Administração de Virgílio Galassi (PPB 1989-1992).
- 32 Jornal Correio do Triângulo: 30/08/1992. op. cit. p.17.
- 33 *Crise leva mulheres a mudança de hábitos*. Jornal Correio do Triângulo: 11/10/1992. p. 11.
- 34 Os salários, que implicavam em 50% do total da renda nacional no final da década de 1970, passaram a significar apenas 35% no início dos anos de 1990. FÁRIA, Ana Cristina. *Classe média é uma espécie em extinção*. Jornal Correio do Triângulo: 13/06/1993. p. 5.
- 35 “Como se não bastasse o quadro econômico [...] a concentração de renda aumentou. Em 1981, 10% da camada mais pobre da população detinha 0,9% da renda nacional. No final da década estes mesmo 10% passaram a ter 0,7% da renda. Para mostrar que há diferença significativa na distribuição de renda, o professor Heládio José Campos Leme (do CEPES – Centro de Documentação e Pesquisa Sócio Econômico, da Universidade Federal de Uberlândia) aponta que apenas 10% da população, que faz parte da classe mais alta, detém nada menos que 46% da renda nacional.”. Jornal Correio do Triângulo: 13/06/1993. p. 5.
- 36 Jornal Correio do Triângulo: 13/06/1993. p. 5.
- 37 Sobre jóias: “O movimento de penhor após a decretação do Plano Collor está de vento em popa, de 150 a 200 pessoas procuram as agências da Caixa Econômica Federal [...] para se esclarecerem sobre o penhor, a Instituição considera que em média 90 pessoas concretizam diariamente a operação”. Plano Collor faz crescer movimento de penhor na CEF. Jornal Correio do Triângulo: 04/04/1991. p.B-3
- 38 *Processo de empobrecimento já dura uma década*. Jornal Correio do Triângulo: 13/06/1993. p. 5.
- 39 Jornal Correio do Triângulo: 13/06/1993. p. 5.

- 40 Tal como o caso de uma adolescente que sonhou no dia de Santo Antônio com os números sorteados pela Sena, mas, que por uma infelicidade trágica (falta de dinheiro) deixou de comprar o bilhete. Adolescente diz que sonhou com os seis números da Sena. *Jornal Correio do Triângulo*: 17/07/1991. p. 6.
- 41 *Jogos e sonhos*. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/09/1992. p. 13.
- 42 Recessão afeta vida de casais, diminui tesão e deixa sexo de lado. *Jornal Correio do Triângulo*: 13/11/1992. p. 19.
- 43 *Jornal Correio do Triângulo*: 13/11/1992. p. 19.
- 44 *Jornal Correio do Triângulo*: 13/11/1992. p. 19.
- 45 *Jornal Correio do Triângulo*: 13/11/1992. p. 19.
- 46 Consumo de carne cai 40% na cidade. *Jornal Correio do Triângulo*: 09/02/1990. p. 3.
- 47 *Jornal Correio do Triângulo*: 09/02/1990. p. 3.
- 48 A fala foi atribuída à trabalhadora Jussara Maria Auxiliadora, que completou: “o importante é que o feijão esteja bem temperado, aí o arroz com feijão vai bem”. Muito trabalho, sol quente e bóia-fria. *Jornal Correio do Triângulo*: 11/03/1990. p. 3.
- 49 *Frango, opção acessível e mais barata*. *Jornal Correio do Triângulo*: 09/02/1990. p. 3.
- 50 Até mesmo em matérias sobre trabalhadores da prefeitura. “Reportagem do Correio encontraram praticamente arroz puro nas marmitas dos varredores de rua”. Ver sobre em: Anemia aumenta afastamento de servidores da Prefeitura. *Jornal Correio do Triângulo*: 21/08/1993. p.1-2.
- 51 *Real chega para ‘despencar’ inflação*. *Jornal Correio do Triângulo*. 01/07/1994, p.1 e 9.
- 52 Entre alguns serviços destacamos a passagem do ônibus coletivo taxada a R\$ 0,35. *ibid.*, p. 9.
- 53 Por força do que chamou de “recessão”. Ver: GUARANY, Ana. *O 13º deste ano deverá comprar roupa e comida*. *Jornal Correio do Triângulo*. 15/11/1992, p. 6.
- 54 *Classe média aposta em Natal de fartura*. *Jornal Correio do Triângulo*. 24/12/1994, p.4.
- 55 *Vendas Crescem 40% no Natal*. *idem*.
- 56 *Consumidor esnobe, pacote anticonsumo*. *Jornal Correio do Triângulo*. 25/02/1995, p. 5.
- 57 Publicidade. REAL. Mais do que uma moeda, um projeto para o Brasil. *Jornal Correio do Triângulo*, 4/07/1996, p. 7.
- 58 Tal frase compôs espaços entre matérias do Correio durante várias semestres entre 1985 e 1986. *Jornal Correio de Uberlândia*: 27/12/1985. p.1; *Correio de Uberlândia*: 18/01/1986. p.5; *Correio de Uberlândia*: 28/01/86. p.1, entre vários outros dias.
- 59 PROPAGANDA. Supermercado Uberlândia/ Arroz Glória. *Jornal Primeira Hora*: 01/05/1986. p.8
- 61 SETAS entrega certificado a treze babás. *Jornal Primeira Hora*: 01/05/1986. p.05.
- 62 Na entrega dos certificados, a diretora regional Marlene Goulart enfatizou: “você, as que realmente aprenderam durante o curso, estarão capacitadas a disputar o mercado de trabalho, in-

- clusivo com a vantagem de apresentar um diploma, fornecidos pela SETAS, que goza de grande confiabilidade entre as mães de famílias”. *Jornal Primeira Hora*: 01/05/1986. p.05
- 63 Um outro exemplo da forma de conceber a relação entre o trabalhar enquanto maneira de oposição a ociosidade de crianças, em: ICASU forma primeira turma de office-boys. *Jornal Primeira Hora*: 12/06/1986. p.1.
- 64 *Creche do Bairro Roosevelt será inaugurada segunda-feira*. *Jornal Primeira Hora*: 27/11/1987. p.3.
- 65 *Zaire inaugura amanhã mais uma Unidade de Orientação ao Menor*. *Jornal Primeira Hora*: 5/03/1988. p.4.
- 66 Instituição de caridade desvinculada do Poder Público, formada em 27 de novembro de 1967.
- 67 O trabalho construiu a vida, e em muitos casos materializava os espaços destinados às práticas sociais que professavam concepções como esta. Em 12 de outubro de 1986, A ICASU iniciou a construção do “Centro de Formação do Menor”, em uma ampla área de dezessete mil metros quadrados, doada pela Prefeitura Municipal. (Prefeitura e ICASU inauguram centro de saúde para Menores. *Jornal Primeira Hora*: 18/09/1986. p.3.). “A estrutura que está sendo montada pela ICASU, através do Centro de Formação e Recreação, abrange vários setores e áreas. A horta promoverá o contato do menor com a natureza, com a terra’, conta o presidente, ‘que vai produzir hortifrutigranjeiros para o consumo próprio, criar porcos com as sobras das seiscentas refeições diárias fornecidas pela ICASU, na represa vão criar peixe em função da criação de porcos’ (projeto apoiado pela UFU), os menores ‘terão campos de futebol de salão e grama, e o grande galpão. [...] Local em que educadores, assistentes sociais, psicólogos farão demonstrações sobre a importância de suas atividades”. ICASU promete terminar Centro de Formação em 1988. *Jornal Primeira Hora*: 24/11/1987. p.4.
- 68 *Prefeitura implanta olaria comunitária no Bairro Esperança*. *Jornal Primeira Hora*: 20/07/1988. p. 5.
- 69 *Terrenos ociosos da Prefeitura já estão sendo trabalhados por famílias locais*. *Jornal Correio de Uberlândia*. 04/02/1986, p. 4.
- 70 *Centro de Bairro I agiliza prestação de serviços*. *Jornal Primeira Hora*: 31/07/1987. p.5.
- 71 “Tal projeto se insere no Programa Cidades Intermediárias da Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral e é custeado em 700 mil dólares pelo BID”.. *Jornal Primeira Hora*: 31/07/1987. p.5.
- 72 *Jornal Primeira Hora*: 31/07/1987. p.5.
- 73 *Tratava-se de sete funcionários que produziam 800 quilos de farinha de mandioca e 70 quilos de polvilho diários. Centro de Bairro tem mais uma unidade de produção*. *Jornal Primeira Hora*: 03/12/1987. p. 5.
- 74 *Jornal Primeira Hora*: 03/12/1987. p. 5.
- 75 *Educação e Trabalho Integrando os Menores*. *Jornal Primeira Hora*: 17/05/1986. p. 1.
- 76 *Ver mais a respeito em: Ata da Primeira Assembléia. Assunto: 1) Sandália da Celi que sumiu da sala, et alli. 12/01/1989. ibid., p. 001. Acervo UOMEN. Bairro Tibery. Uberlândia/MG.*
- 77 *Catadores convivem com perigos e aventuras. Na falta de emprego, trabalhadores optam por catar papel pelas ruas da cidade*. *Jornal Correio do Triângulo*: 23/04/2000. p. B1.

- 78 Entre muitos: op.cit. COUTO, Ana Mágn da Silva, 2000. FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia -1970/1999*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2000. GUILHERME, Edmilson Lino. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência: experiências de trabalhadores da construção civil em Uberlândia, 1970-2000*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001. op. cit. MEDEIROS, E. Antunes de. 2002. MORAIS, S. P. *Trabalho e cidade trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia: 1970/2000*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Instituto de História), 2002. SILVA, Luzia Márcia Resende. *Carregadores de mercadorias: memórias e lutas, Uberlândia, 1970-2000*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.
- 79 O título do artigo “*A História Vista de Baixo*” de E. P. Thompson cunhou uma referência ao modo como entendiam as relações entre classes sociais distintas. Ver: THOMPSON E. P. *A História Vista de Baixo*. In, NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio (org.). THOMPSON E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP. Ed. da UNICAMP, 2001. pp. 185 – 202. Uma outra referência (que se relaciona com a primeira) diz respeito a: SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In: BURKER, Peter. *A escrita da história*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992.
- 80 Realizado pelo CEPES (Centro de Documentação e Pesquisa Sócio Econômica, da Universidade Federal de Uberlândia) a partir de 1994, e divulgado em fevereiro de 1996. Ela antecede a pesquisa de 2001, citada anteriormente. Ver: SHIKI, S; NEDER, H. D. (coord.). *Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia*. . Série: Relatórios de Pesquisas. Nº 001. Uberlândia: UFU, fevereiro de 1996.
- 81 *Pesquisados vivem na pobreza*. Jornal Correio do Triângulo: 25/04/1995. p.7.
- 82 Trabalho com algumas destas dimensões em MORAIS, Sérgio Paulo. *Tempo, trajetórias de vida e trabalho de carroceiros na cidade (Uberlândia – 1970/1998)*. In. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). op. cit., pp.225-246.
- 83 Entre diversas solicitações, a grande maioria girava em torno de reajustes salariais e uma política de salários que pudesse amenizar as perdas com a inflação. Sobre algumas greves ocorridas, somente nos primeiros meses desse ano, no período, consultar: *Greve da Souza Cruz por reajuste de 55%*. Jornal Primeira Hora: 02/09/1986. *Bancos: greve paralisa 69% das agências em Uberlândia*. Jornal Primeira Hora, 12/09/1986. p. 1. *Fim da greve da Souza Cruz (aumento de 15%)*, Jornal Primeira Hora: idem. *Greve dos trabalhadores da construção civil*. Jornal Primeira Hora: 23/01/1986. p.5. *Greve dos Trabalhadores da Construção cVil ainda sem resolução*. Jornal Correio de Uberlândia: 28/01/1986.p.12. *Greve dos Trabalhadores da Construção Civil está em Processo de esvaziamento*. Jornal Correio de Uberlândia. 29/01/1986. p.12. No entanto ela persiste: *Mulheres aderem à greve e lutam por reajuste na Construção Civil*. Jornal Primeira Hora: 31/01/1986. p.5. DAIWA: *Funcionários entram em greve e pedem melhores salários*. Jornal Primeira Hora: 26/06/1986. p. 5.

Submetido em março de 2011, aceito em junho de 2011.

